

A água e o lugar: A vida e o meu refúgio

*Dilmara Veríssimo de Souza*¹

1. Os recursos hídricos e a questão urbana

As cidades globais, em um modelo económico que tem por peculiaridade uma grande interdependência entre países e sectores da economia, são elementos centrais no processo de circulação eficiente de bens e serviços, na medida em que dispõem de tecnologia de ponta, particularmente no que diz respeito a sistemas de informação, infra-estrutura urbana e mão-de-obra altamente especializada. Desta forma, passam a abrigar sedes de conglomerados multinacionais, pólos de instituições financeiras e de serviços, dentre outros, propiciando um grande número de postos de trabalho. No Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro são exemplos destas metrópoles globais. Entretanto, se por um lado este padrão de urbanização se constitui em uma modalidade altamente eficiente na reprodução do capital, por outro promove prejuízos ambientais significativos à medida em que concentra um número expressivo de actividades económicas e indivíduos em um espaço territorial restrito.

A possibilidade de ganho e de acesso à infra-estrutura urbana destes centros atrai, particularmente nos países do sul, grandes massas de trabalhadores oriundas das zonas rurais, onde a transformação dos processos de trabalho, os avanços tecnológicos e a monocultura voltada à exportação limitaram a absorção de mão-de-obra.

Todavia, em função da desqualificação profissional e do baixo nível de escolaridade, estes contingentes populacionais, passam a integrar um grupo crescente de “indivíduos desnecessários” ao actual universo da produção económica. Este grupo passa a ser excluído dos benefícios sociais, bens e serviços urbanos, uma vez que estes centros, objectivando otimizar cada vez mais os resultados financeiros do sector produtivo e de serviços, têm incorporado permanentemente tecnologias de ponta, para as quais estes indivíduos não possuem capacitação adequada.

Note-se que o "exército de reserva" de trabalhadores, intrínseco ao sistema capitalista, ampliou-se drasticamente com as novas tecnologias e passou a ser muito mais um exército de ex-trabalhadores, que têm cada vez menos chances de serem incorporados ao mercado de trabalho. (GUTBERLET, 1998)

Esta dificuldade de acesso a actividades remuneradas de parcela significativa da população vem conduzindo massas crescentes de trabalhadores ao subemprego, e, conseqüentemente, a condições precárias de vida. Esta dinâmica implica, dentre outras coisas, na crescente expulsão de famílias menos favorecidas economicamente das áreas centrais das cidades, onde o custo das moradias é mais alto, em direcção às periferias pouco valorizadas.

Assim, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços e o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, provoca um fenómeno de marginalização que vem se ampliando e atingindo, inclusive, sectores da classe média.

A despeito de inúmeros estudos alertando para os riscos ambientais, o processo de urbanização, tal como apresentado acima, vem se mostrando como uma tendência global. Projecções das Organizações das Nações Unidas já demonstravam na década passada que no ano de 2000 deveriam existir no mundo 21 cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Destas, 17 estariam no hemisfério sul e somente 4 no Primeiro Mundo. De 82 cidades, com mais de 4 milhões

¹ Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil.

de habitantes, previstas para o ano de 2000, 61 estariam em países em desenvolvimento e 21 em países desenvolvidos. (RIBEIRO, 1997; WORD BANK apud GONDOLO, 1999)

No que diz respeito ao Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apontam na última década um crescimento negativo na população de metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, dado o alto índice do custo de vida nestes centros, bem como as exigências de especialização profissional e a redução nos postos de trabalho.

Se, por um lado, este crescimento negativo contribui, ainda que de forma pouco significativa, para a gestão destas metrópoles, por outro, gera um impacto nas outras seis regiões metropolitanas existentes no país, em função da transferência para essas localidades de parte daqueles contingentes que não têm acesso ou são expulsos destes grandes centros.

No caso brasileiro, esta tendência de concentração populacional vem se estendendo, inclusive, às cidades com mais de 500 mil habitantes, as quais têm superado o crescimento das regiões metropolitanas. “Enquanto as nove regiões metropolitanas, no período de 1980/1991, apresentaram um crescimento populacional de 21,8%, as aglomerações com mais de 500 mil pessoas apresentaram crescimento de 44,23%. Os dados revelam a formação de novas metrópoles. O número de cidades com mais de 500.000 habitantes, no país, passou de 4 para 9, nos 11 anos considerados” (IBGE apud RIBEIRO, 1997 p. 42)

Nos países do Sul este modelo de urbanização, altamente concentrador, é muito mais danoso ao meio ambiente se forem consideradas as discrepâncias na distribuição de renda, as deficiências em infra-estrutura e planeamento urbanos assim como a insuficiência de políticas sociais. Neste sentido, entende-se que nestes países este modelo reforce o comprometimento das condições socioambientais.

Embora todos os habitantes destas cidades sejam afectados por esta dinâmica, os sectores mais carentes da população são os mais penalizados, na medida em que acabam sendo “exportados” para as franjas das metrópoles, basicamente em função da baixa renda e da falta de emprego. Nas zonas periféricas estes contingentes ocupam, em geral, as áreas ambientalmente frágeis e desprovidas de infra-estrutura sanitária tais como as encostas, várzeas e áreas de protecção de mananciais, onde o custo das moradias é menor. Este processo resulta, inevitavelmente, em elevados gastos, por parte do poder público, com a remediação dos problemas sociais e ambientais.

Assim, estas regiões periféricas são caracterizadas por alta densidade demográfica, carência de infra-estrutura urbana e ocupação inadequada do espaço; elementos que potencializam o comprometimento das condições do meio e, particularmente, dos mananciais de abastecimento urbano.

Neste contexto, a exclusão social deve ser entendida como um mecanismo multidimensional através do qual os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, dos direitos de integração social, de identidade e de acesso a condições ambientais adequadas, isto é, capazes de garantir a saúde e o bem-estar. (ATKINSON apud VÉRAS, 2001)

Como resultado deste processo, observa-se uma combinação de degradação ambiental e social, ambas fruto de um modelo de “desenvolvimento” que, dentre outros aspectos, não alia crescimento económico ao desenvolvimento humano e à preservação ambiental. Esta relação, por sua vez, implica em uma interdependência de interesses e necessidades indissociável que impede soluções simplistas de mero controle técnico e restrição legal. (RIBEIRO, 1995)

Não se trata, pois, de vislumbrar o equacionamento da problemática relativa à conservação dos recursos naturais, sobretudo os hídricos, apenas de uma perspectiva puramente técnica; ao contrário, a questão envolve diferentes níveis de governo, a sociedade civil organizada e representantes do sector económico, em acções integradas e voltadas, principalmente, à diminuição das desigualdades sociais.

É imprescindível que sejam criados mecanismos efectivos de distribuição de renda, os quais garantam o acesso das parcelas menos favorecidas economicamente aos bens sociais, à riqueza produzida pelo conjunto da sociedade e aos direitos que todo o cidadão deve ter, como por exemplo

educação, moradia, trabalho, saúde, transporte, segurança etc. Sem a elaboração de Políticas Públicas que contemplem estas prerrogativas não será possível o encaminhamento de soluções voltadas ao equacionamento das questões ambientais.

Entende-se que o desenvolvimento em bases sustentáveis, isto é, aquele que não cria uma dicotomia entre as metas económicas e ecológicas, uma vez que a sobrevivência dos sistemas económicos depende dos sistemas ecológicos de sustentação da vida, deva balizar o raciocínio e as acções voltadas ao encaminhamento das questões ambientais, ao mesmo tempo incorporando o conceito de complementaridade entre o capital “natural” e aquele “feito pelo homem”, com base na justiça social. (CONSTANZA apud SACHS, 1993)

Contudo, esta justiça social não pode ser pensada sem o diálogo franco e objectivo entre população civil e o poder público, realizado a partir de um canal efectivo de comunicação contemplando a participação social e as responsabilidades mútuas.

Finalmente, na busca de um gerenciamento adequado, do ponto de vista socioambiental, é fundamental que não se perca de vista o processo de globalização económica, que a partir da imposição de uma nova ordem mundial, desencadeia processos de exclusão social de grandes massas humanas e de mercantilização avassaladora, inclusive e, particularmente, dos recursos naturais.

Entretanto, a despeito desta situação concreta, a análise do fenómeno urbano não pode se dar a partir do pressuposto de que estas megacidades são entidades à parte de seus moradores, isto é, definidas como resultantes de variáveis socioeconómicas e da pressão de forças transnacionais assim como das elites locais sobre os sistemas decisórios que estabelecem o ordenamento da cidade.

1.1. As questões teóricas e de método

Entende-se que esta compreensão implica em muitas distorções na análise desta problemática e nas proposições de equacionamento das múltiplas questões que envolvam interesses de grupos distintos. Isto porque a escala de uma megalópole impõe “uma modificação na distribuição e na forma de seus espaços públicos, nas suas relações com o espaço privado, no papel dos espaços colectivos e nas diferentes maneiras por meio das quais os agentes (moradores, visitantes, trabalhadores funcionários, sectores organizados, segmentos excluídos, etc.) usam e se apropriam de cada uma dessas modalidades de relações espaciais”. (MAGNANI, 1999 p. 15)

Ainda segundo este autor, qualquer análise mais abrangente deve partir do pressuposto de que este é um cenário que comporta práticas sociais, múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., o que equivale dizer que é um espaço onde interagem, através do jogo político, grupos distintos, cada um movido por interesses bastante definidos e particulares.

Assim, e em vista da complexidade da questão ambiental acredita-se que a compreensão das intersubjectividades, associadas aos processos de apropriação social do espaço e dos recursos naturais, pode constituir-se em ferramenta capaz de subsidiar, de maneira mais efectiva, acções voltadas ao diálogo e à busca colectiva de soluções para esta problemática, na medida em que traz à luz elementos que estão interligados às dimensões culturais, económicas, sociais e políticas dos atores envolvidos nesta dinâmica.

É a partir das realidades objectivas e subjectivas, oriundas das experiências vividas quotidianamente, que institucionalizam-se práticas sociais de apropriação dos recursos naturais e do espaço, as quais promovem mudanças no meio ambiente, desencadeando ou mesmo reforçando processos de degradação ambiental.

Partilha-se do pressuposto de REIGOTA 1995, segundo o qual, meio ambiente é um lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interacção. Ainda segundo este autor, essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Diante das interfaces que a questão ambiental estabelece com aspectos culturais, económicos, políticos e sociais, a perspectiva de análise deve, necessariamente incorporar elementos que permitam extrapolar a análise meramente causal. Trata-se de uma problemática complexa que apresenta inúmeras interligações e interdependências, razão pela qual as soluções propostas não devem ser reduzidas às intervenções técnicas.

Desta forma, cabe ao pesquisador, com base nesta óptica, desvelar os múltiplos ordenamentos que se estabelecem a partir destas práticas, tendo em vista que a busca por um princípio de ordem que garanta a dinâmica da cidade como um todo, pode impossibilitar a compreensão da problemática urbana.

Neste sentido e diante das múltiplas facetas da realidade tornam-se inviáveis respostas metodológicas bem como instrumentais universalistas, que proponham-se à generalização, baseada no empiricismo e no experimentalismo, próprios das abordagens quantitativas e fundados nas tradições de visão da ciência. (ADORNO e CASTRO, 1994)

Segundo MINAYO 1994, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Desta perspectiva, a teoria das Representações sociais constitui-se em uma forma de abordagem das questões ambientais privilegiada, na medida em que propicia, a partir do resvalamento das intersubjectividades de um dado grupo, a compreensão em profundidade de uma faceta da realidade tão complexa que é a relação homem-meio ambiente, a partir do universo de significados que aqueles sujeitos constroem na sua relação com o mundo.

Estes significados funcionam como “pontes”, que estabelecem a mediação entre os sujeitos e o mundo, que ao mesmo tempo é descoberto e construído, quer na dimensão individual quer na colectiva. (MINAYO, 1992)

Deste ponto de vista e considerando-se que as representações sociais acerca de recursos hídricos e meio ambiente, bem como as práticas instituídas pelo grupo, baseadas nestas representações, estão associadas a um contexto sociopolítico, que é ao mesmo tempo determinado por interesses locais e globais, partiu-se do pressuposto de que a compreensão destas representações estaria, necessariamente, associada à apreensão da interdependência entre aspectos sociais, económicos, políticos nos níveis municipal, estadual, federal e internacional.

Apesar de comportar grande diversidade na sua conceituação e pressupostos específicos em cada uma das áreas de estudo, é consenso dentre as várias correntes teóricas no interior das Ciências Sociais, que as Representações Sociais enquanto senso comum, ideias, imagens, concepções, percepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, são reconhecidas como indispensáveis para compreender a dinâmica das interacções sociais e ainda para buscar determinantes das práticas sociais. Elas se manifestam em condutas e práticas que chegam a ser institucionalizadas, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. (MINAYO, 1992)

Neste sentido, entende-se que a compreensão das condutas institucionalizadas e práticas de apropriação dos recursos naturais e, em particular dos hídricos, norteadas pelas representações e portanto pelos significados que o grupo constrói socialmente, na sua relação dialéctica com a realidade objectiva, propicie subsídios para a criação de Políticas Públicas e campanhas educativas voltadas a uma gestão adequada e participativa dos mesmos, uma vez que temos constatado frequentemente, através da media falada e escrita, que medidas punitivas e de controle não têm sido suficientes para garantir os objectivos aos quais se prestam.

Dentro desta proposta, adoptou-se a estratégia metodológica de triangulação de dados, a partir das técnicas de pesquisa documental, observação participante e entrevistas - individuais e grupais – objectivando concomitantemente uma maior validade dos dados e uma inserção mais

aprofundada da pesquisadora no contexto de onde emergem os fatos, as falas e as acções dos sujeitos.

Buscou-se a inter-relação entre os fatos, as falas e as acções dos indivíduos, avaliando-se que esta interacção seja um terreno fértil para uma compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos sujeitos com o meio.

1.2.1 Pesquisa bibliográfica, documental e de dados

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico acerca da problemática relativa à degradação crescente dos recursos hídricos no planeta, no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo, objectivando compreender o processo histórico de apropriação social destes recursos. Acredita-se que esta perspectiva favoreça, inclusive, uma apreensão mais abrangente das dinâmicas política, cultural e económica subjacentes a este fenómeno.

Observou-se um descompasso entre a dinâmica do crescimento económico e a actuação do poder público, enquanto instância gestora e reguladora do espaço e recursos naturais. Em decorrência desse contexto houve uma deterioração acelerada do meio ambiente, com reflexos significativos na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais.

As principais fontes de dados para esta primeira etapa do trabalho foram a Fundação SEADE, DATASUS, EMPLASA, SABESP e CETESB.

(<http://www.seade.gov.br>, <http://www.datasus.gov.br>, <http://www.emplasa.sp.gov.br>, <http://www.sabesp.com.br>, <http://www.cetesb.com.br>)

1.2.2 Observação participante

Partindo-se do pressuposto de que as práticas sociais sejam a institucionalização das representações de um grupo, optou-se pela exploração dos discursos dos moradores mais antigos, a partir de conversas informais, como forma de resgate de práticas sociais de apropriação do espaço e dos recursos hídricos, que por ventura tenham sido perdidas com o processo de urbanização e a instalação de novas actividades económicas no município.

Estas falas produziram paralelamente, e sob a óptica destes moradores, a reconstrução histórica do processo de desenvolvimento do município de Mairiporã², o que proporcionou subsídios para um aprofundamento da compreensão dos desdobramentos e contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento económico adoptado. Concomitantemente, pôde-se apreender, de forma ainda mais aprofundada, os impactos sobre as áreas de protecção de mananciais.

Nesta fase as falas foram registadas em fita magnética e as observações da pesquisadora em diário de campo. Após este primeiro contacto genérico com o município houve a delimitação do campo propriamente dito.

Neste estudo o campo foi representado pelos bairros de Jardim Sandra I e Jardim Sandra II, Vila São José e Vila Davi. Na fase de construção do campo ainda foram feitas algumas reuniões com os moradores e líderes comunitários a fim de apresentar a proposta de trabalho ao grupo, levantar seus interesses e preocupações relativamente aos recursos hídricos e meio ambiente e identificar informantes.

As informações obtidas a partir desses contactos forneceram subsídio para o roteiro das entrevistas, as quais buscaram contemplar, na medida do possível, as inquietações da comunidade, a

² O município de Mairiporã, que na língua tupi significa “Aldeia Pitoresca”, limita-se ao sul com a cidade de São Paulo e está situado na região da Serra da Cantareira, reserva de mata atlântica, a uma distância de 33 km da capital. Possui uma área de 307 km², sendo que 80,1% do seu território está contido em área de protecção de mananciais. É um dos municípios que abrigam o Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de cerca de 56% da população da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, cerca de 10 milhões de habitantes.

fim de que este trabalho pudesse também se reverter em instrumento para auxílio no equacionamento da problemática local.

1.2.3 Entrevistas individuais e grupo focal

Realizou-se entrevistas semi-estruturadas com um grupo composto por 23 sujeitos. O objectivo das mesmas foi compreender, a partir das falas, as representações e práticas sociais de apropriação relativas aos recursos hídricos e meio ambiente. As entrevistas aludiram ainda temas como o envolvimento da comunidade com a gestão e conservação dos recursos naturais e a relação das condições ambientais com a saúde da população.

A amostra foi aleatória e composta a partir de um cadastramento dos moradores e líderes comunitários interessados em participar da pesquisa. Esse cadastramento foi realizado nas duas reuniões feitas com a comunidade. No momento das inscrições buscou-se garantir a paridade entre os moradores de cada um dos bairros.

As entrevistas foram gravadas em fita magnética e transcritas *ipsis literis*, tal como preconiza a tradição das pesquisas etnográficas. Quando se fez necessário, houve uma adequação do discurso oral à linguagem escrita, para contemplar a inteligibilidade do depoimento.

A análise das falas dos sujeitos se deu com base na identificação de núcleos estruturadores recorrentes nos discursos. Buscou-se, a partir destes núcleos ou temas, a explicitação do sentido contido nos conteúdos das diversas falas, de forma a permitir a compreensão das representações sociais acerca de recursos hídricos e meio ambiente, assim como as práticas sociais de apropriação destes, no contexto da dinâmica urbana. (SOARES, 2000; REIGOTA, 1995)

É importante assinalar que este estudo, por sua especificidade qualitativa, não se utilizou de operações estatísticas como a percentagem ou a análise factorial, para determinar a regularidade dos temas emergentes das falas, como é convencional nas análises temáticas. O critério para o agrupamento dos temas foi a similaridade do seu significado. Este significado, por seu turno, foi explicitado a partir de categorias - gerais e específicas. O grupo focal foi composto por 8 indivíduos, que formaram um subgrupo daquele composto pelos entrevistados inicialmente e o critério de escolha dos participantes se deu em função: do local de moradia e das opiniões manifestadas nas entrevistas individuais. Procurou-se manter a mesma proporção de moradores de cada um dos bairros, assim como garantir que posturas divergentes relativamente aos temas que seriam tratados estivessem representadas.

No grupo focal, pontos de vista e representações individuais foram sendo revistos e reformulados. Paralelamente à discussão acerca da exclusão social, da problemática ambiental local e da responsabilidade individual e colectiva pela gestão e conservação do meio ambiente se deu um processo de reflexão e, em decorrência, de amadurecimento e autoconhecimento do grupo, que sinalizou na direcção de novos comportamentos individuais e estratégias colectivas relativas à realidade local e à relação homem/meio ambiente, num processo educativo, desencadeado pela tendência humana de formar opiniões e atitudes na interacção com outros indivíduos.

1.3 Resultados

Os resultados indicaram que os recursos hídricos locais, basicamente o rio Juqueri, constituem-se em referência e elemento de identidade daquela população, integrando-se à paisagem de forma indissociável.

O fato de a maioria dos corpos d'água locais serem superficiais e não estarem canalizados propicia a sua apropriação pela população, resultando em um vínculo identitário calcado na sua resignificação permanente.

A água, pela sua característica transparência e ausência de odores, é associada à ideia de pureza. Soma-se a este significado o da geração e manutenção da vida, aspectos estes que remetem-na à esfera divina, elevando-a à categoria de elemento sagrado. Todavia, sendo contaminada pela carência de infra-estrutura sanitária, torna-se impura e neste sentido indigna de cumprir a sua determinação divina, que é a promoção da vida e da saúde; passando a ser associada à morte e, portanto, rejeitada socialmente.

As representações de meio ambiente estão relacionadas predominantemente ao meio natural, que por sua vez está associado ao acesso universal à saúde, na medida em que propicia paz, lazer, alegria, tranquilidade, bom clima e ar puro para todos, de forma equânime.

Embora a população identifique várias formas de degradação ambiental e as relacione de alguma maneira com a má distribuição de renda, falta de investimentos do sector público em áreas sociais, assim como com deficiências de planeamento e infra-estrutura urbanas, associa, contraditoriamente, grande parte dos processos de deterioração do meio à condição de pobreza dos moradores.

Para o grupo pesquisado a baixa renda implicaria em ignorância e negligência da população quanto às condições de salubridade locais.

Esta representação, por sua vez, reforça os processos de exclusão social dos quais são vítimas na medida em que os coloca em condição de inferioridade em relação a outros grupos “mais educados” e “mais civilizados”, que habitam locais melhor estruturados.

Ainda que não participem da gestão do espaço e dos recursos naturais regionais, os habitantes pressionam o poder público, através das Associações de Moradores, no sentido de uma actuação mais eficiente.

Entretanto, as reivindicações daqueles moradores restringem-se apenas aos bairros pesquisados, evidenciando o desconhecimento da problemática sócio ambiental mais ampla e a falta de participação nos processos políticos.

Outro aspecto que ficou evidenciado é a predominância dos interesses da metrópole em detrimento da vocação económica, das tradições culturais e da herança histórica dos municípios circunvizinhos. Acredita-se que este padrão de desenvolvimento tenda a agravar ainda mais as desigualdades regionais além de impor a estas populações condições ambientais cada vez mais precárias.

Bibliografia

ADORNO RCF e CASTRO AL. O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade. **Revista Saúde e Sociedade**. 1994; 3 (2): 172-85.

GONDOLO GCF. **Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental: bacia do Guarapiranga, Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Annablume Editora; 1999.

GUTBERLET J. **Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade**. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung; 1998. (Série Pesquisas n° 14).

MAGNANI JGC. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS/Edusc. Vol.17. n° 49. Jul/2002. p-11-29

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO; 1992.

MINAYO MCS. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In Minayo MCS. (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes; 1994. p. 9-30.

REIGOTA M. Meio **ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez; 1995.

RIBEIRO H. Educação Ambiental e a experiência do município de São Paulo. In **Cadernos do 3º Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia; 1995. p.145-48.

RIBEIRO H. Metropolização e globalização: problemas actuais. in Gadelha RMAF. **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC; 1997. p. 41-7.

SACHS I. Estratégias de transição para o século XXI. In Bursztyn M. (org) **Para pensar o desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense; 1993. p. 29-56.

SOARES SM. **Práticas terapêuticas não-alopáticas no serviço público de saúde: caminhos e descaminhos**. São Paulo: 2000. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP].

VÉRAS MPB. Exclusão social: um problema de 500 anos (notas preliminares). In Sawaia B. (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes; 2001. p. 27-48.